

OPINIÃO

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente

Paulo Cabral de Araújo

Diretor de Redação

Ricardo Noblat

Editor Executivo

José Negreiros

Diretor Vice-Presidente

Ari Cunha

Diretor Comercial

Maurício Dinépi

Diretor de Marketing

Márcio Cotrim

Diretor Gerente

Evaristo de Oliveira

Diretor Industrial

Oswaldo Abílio Braga

Diretor de Planejamento

João Augusto Cabral

Pacto oportuno

O presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, conclamou os parlamentares a firmar um pacto pela moralização do Poder Legislativo. A proposta é oportuna, neste momento em que o estigma que pesa sobre a instituição dificulta que o público avalie com clareza o papel fundamental que exerce na consolidação do regime democrático e no processo de governabilidade.

A redemocratização do país, iniciada há uma década, com a devolução do poder aos civis, ensejou amplo processo de faxina ética e moral na vida pública. O Poder Legislativo, por ser o mais aberto e representativo da sociedade, foi o que se submeteu de maneira mais profunda — traumática mesmo — a esse processo.

Vícios e mazela há muito presentes no trato da coisa pública — nepotismo, tráfico de influência, fisiologismos, uso privado do Estado, entre outras coisas — começaram a ser gradualmente desmascarados, gerando impacto doloroso na sociedade. Na CPI do Orçamento, que resultou na cassação de poucos parlamentares e na desmoralização de muitos, o Congresso expôs suas vísceras ao público. Sua reputação chegou ao grau mais baixo de toda a sua história.

Como diz, no entanto, a sabedoria oriental, o fim é sempre um recomeço. Ao chegar, em termos de imagem, ao fundo do poço, o Legislativo compreendeu a inevitabilidade das reformas. E

já começa a se posicionar concretamente para empreendê-las. Tanto o presidente da Câmara, Luís Eduardo, como o do Senado, José Sarney, falam hoje em transformar as estruturas viciadas de suas respectivas instituições. O histórico de empreguismo e ineficiência insere-se no quadro geral de falência do aparelho estatal e não pode mais ser tolerado.

A Constituição de 1988 atribui poderes consideráveis ao Legislativo. É ele, hoje, parte decisiva no processo governativo. Não é mais, como no tempo do autoritarismo, expectador privilegiado da cena política. A Constituição tornou-o parceiro compulsório do Executivo: são sócios da crise e do poder. Para que tenha autoridade moral para exercer a parcela de poder que lhe cabe — sobretudo o papel de fiscal dos demais poderes —, precisa dar seqüência à faxina moral iniciada na CPI do Orçamento.

A tarefa, como é óbvio, não cabe apenas ao Legislativo. Como fiscal, porém, dos demais poderes, cabe-lhe dar o exemplo, promovendo em sua estrutura o saneamento que deseja ver implementado nas demais.

Sem Congresso, não há democracia — e sem esta não há condições de exercitar os valores éticos e morais conquistados pela civilização no curso de sua história. O Congresso precisa reencontrar-se com o povo brasileiro. E isso só acontecerá quando o pacto proposto pelo presidente da Câmara tornar-se realidade.